



ULS - Castelo Branco  
Conselho de Administração  
Documento nº 02  
Data nº 63



# Relatório de Execução Orçamental

**Período: 01 de janeiro a 30 de setembro de 2016**



Unidade Local de Saúde  
Castelo Branco, EPE

Sede: Av. Pedro Álvares Cabral, 6000-084 Castelo Branco \*\*\* Capital Estatutário: € 14.116.000 \*\*\* NIPC 509 309 844  
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Castelo Branco, com o número 509309844

## NOTA PRÉVIA

- Em cumprimento do despacho n.º 14277/2008, de 23 de maio, a Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, EPE, apresenta o seu relatório de execução orçamental referente ao período de janeiro a setembro de 2016.
- O referencial contabilístico em vigor é o SNC, aprovado pelo DL n.º 158/2009, de 13 de julho, nos termos do despacho n.º 1507/2014, de 16 de janeiro, dos gabinetes da SET e do SES, embora os registos contabilísticos e a prestação de contas continuem a ser realizados em POCMS, por se tratar do referencial contabilístico da ACSS que consolida as contas do Serviço Nacional de Saúde, e posteriormente convertidos para SNC.
- A aplicação SICC apresenta neste período mapas de controlo da execução do orçamento financeiro um pouco mais fidedignos face ao ano anterior, servindo de base, após algumas correções necessárias, ao reporte realizado mensalmente no SIGO/DGO.
- A análise ao controlo do orçamento económico tem por base o Plano Estratégico 2015-2017, com base na sua última alteração em maio deste ano.
- Apesar de ainda não estarem implementados os centros analíticos de responsabilidade, cada responsável de serviço é informado periodicamente sobre a evolução dos gastos da sua área, bem como sobre a execução do contrato-programa, no sentido de serem corrigidas atempadamente todas as situações que possibilitem melhorar o desempenho e alcançar os objetivos previstos.

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	4
<b>I – Execução Financeira</b> .....	4
<b>II – Execução Económica face ao Contrato-Programa</b> .....	6
<b>A – Gastos e Perdas</b> .....	6
A1 – Matérias de Consumo .....	6
A.3 – Gastos com Pessoal.....	9
A.4 – Restantes rubricas de gastos .....	10
<b>B – Rendimentos e Ganhos</b> .....	10
<b>III – Evolução da Dívida e dos Pagamentos em Atraso</b> .....	11
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	12
<b>Anexo I – Gastos e Perdas</b> .....	13
<b>Anexo II – Variação Gastos e Perdas</b> .....	14
<b>Anexo III – Rendimentos e Ganhos</b> .....	15
<b>Anexo IV – Variação Rendimentos e Ganhos</b> .....	16

## INTRODUÇÃO

O presente relatório visa dar a conhecer a evolução ocorrida nos gastos e nos rendimentos da ULSCB até ao terceiro trimestre de 2016, tanto na vertente financeira, com base no orçamento aprovado pelo Ministério das Finanças, como na vertente económica, tendo como referência o contrato-programa/plano estratégico.

Analisaremos ainda as principais variações em comparação com o período homólogo de 2015, bem como a evolução da dívida e dos pagamentos em atraso.

O exercício anterior ficou marcado pela conjuntura que o país atravessa e que tem obrigado a uma gestão cuidadosa dos recursos financeiros e humanos disponíveis, obrigando desta forma à tomada de medidas que permitam manter equilibrada a situação económico-financeira da instituição e melhorar a sua produtividade, ajustando os gastos a esta nova realidade no intuito de continuarmos a assegurar um nível de prestação de cuidados que seja adequado face às necessidades da população. Ainda assim foi possível consolidar os prazos médios de pagamento a fornecedores (53 dias de PMP ponderado no final do exercício), reduzir a dívida total em 328.879 euros face a 2014, e alcançar um EBITDA positivo (1.220.774 euros).

Para o corrente ano os objetivos passam por manter essa tendência, embora saibamos das dificuldades acrescidas decorrentes da gradual reposição das remunerações (Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro) e do facto de não estar previsto qualquer reforço ao nível do orçamento / contrato-programa para compensar este acréscimo da despesa.

Feitas estas considerações, passamos a analisar a execução financeira e económica ocorrida nas principais rubricas de forma mais detalhada.

### I – Execução Financeira

- A execução (quadro seguinte) apresentou um desvio positivo de 1,78 p.p. nas receitas e de 4,57 p.p. nas despesas, se comparada com a dotação estimada para o período (75%).
- Para o desvio positivo das receitas contribuiu a RCE 04 - taxas, multas e outras penalidades (devido às taxas moderadoras) que ultrapassou o referencial do período em 9,11 p.p..

- Ao nível das despesas a execução foi mais penalizadora, nomeadamente devido às aquisições de bens e serviços (+8,11 p.p.), bens de capital (+6,54 p.p.) e às despesas com pessoal (+2,33 p.p.) atendendo ao facto do orçamento não prever as reposições salariais previstas para o corrente ano, tendência que deverá agravar-se nos próximos meses.

Controlo da Execução Orçamental - Ano 2016

Período: janeiro a setembro 2016

u.m.: euro

Código	Designação	F.F.	DOTAÇÃO INICIAL (1)	DOTAÇÃO CORRIGIDA (2)	Varição (2)/(1) em %	Varição (2)/(1) em valores	EXECUÇÃO DO EXERCÍCIO (3)	COBRADO/ PAGO do exercício (4)	COBRADO/ PAGO de anos anteriores (5)	TAXA EXECUÇÃO em % (3/2)	POR COBRAR/ PAGAR (3-4-5)	SALDO (2-3-4)
<b>RECEITAS</b>												
	<b>Recostas Correntes</b>		<b>63.681.073</b>	<b>63.681.073</b>	<b>0,00%</b>	<b>0</b>	<b>48.895.873</b>	<b>47.408.325</b>	<b>375.066</b>	<b>76,78%</b>	<b>1.112.482</b>	<b>15.897.682</b>
04	Taxas, multas e outras penalidades	510	1.425.103	1.425.103	0,00%	0	1.198.870	1.124.371	75.175	84,11%	-876	225.557
05	Rendimentos da propriedade	510	0	0	0,00%	0	0	0	0		0	0
06	Transferências correntes	510	0	0	0,00%	0	0	0	0		0	0
06	Transferências correntes	540	76.800	76.800	0,00%	0	48.551	43.764	2.787	60,61%	0	30.249
07	Vendas de bens e serviços correntes	510	61.919.811	61.919.811	0,00%	0	43.932.969	42.522.507	292.370	70,95%	1.118.092	15.554.331
	Adiantamento contrato-programa por faturar		0	0	0,00%	0	3.550.403	3.550.403	0	0,00%	0	0
08	Outras receitas correntes	510	259.559	259.559	0,00%	0	167.280	167.280	4.734	64,45%	-4.734	87.545
	<b>Recostas de Capital</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
10	Transferências de capital	510	0	0	0,00%	0	0	0	0	0,00%	0	0
16	Saldo Gerência autorizado	520	0	0	0,00%	0	0	0	0	0,00%	0	0
	<b>Total Recostas</b>		<b>63.681.073</b>	<b>63.681.073</b>	<b>0,00%</b>	<b>0</b>	<b>48.895.873</b>	<b>47.408.325</b>	<b>375.066</b>	<b>76,78%</b>	<b>1.112.482</b>	<b>15.897.682</b>
<b>DESPESAS</b>												
	<b>Despesas Correntes</b>		<b>62.869.216</b>	<b>62.623.862</b>	<b>-0,39%</b>	<b>-245.354</b>	<b>49.804.559</b>	<b>37.795.893</b>	<b>9.093.486</b>	<b>79,53%</b>	<b>2.915.380</b>	<b>15.734.683</b>
01	Despesas com pessoal	510	38.381.216	38.164.837	-0,56%	-216.379	29.514.502	24.504.668	4.830.158	77,33%	179.880	8.830.015
02	Aquisições de bens e serviços	510	24.303.520	24.222.827	-0,33%	-80.693	20.131.558	13.137.548	4.268.310	83,11%	2.735.700	8.826.969
02	Aquisições de bens e serviços	540	76.800	76.800	0,00%	0	0	0	0	0,00%	0	76.800
02	Aquisições de bens e serviços	520	0	0	0,00%	0	0	0	0	0,00%	0	0
03	Juros e outros encargos	510	0	459		459	459	439	20	100,00%	0	0
04	Transferências Correntes	510	37.000	58.890	0,00%	21.890	58.890	58.890	0	100,00%	0	0
05	Subsídios	510	0	0	0,00%	0	0	0	0	0,00%	0	0
06	Outras despesas correntes	510	70.680	100.049	41,55%	29.369	99.150	94.150	5.000	99,10%	0	899
	<b>Despesas de Capital</b>		<b>811.857</b>	<b>1.057.211</b>	<b>30,22%</b>	<b>245.354</b>	<b>864.373</b>	<b>716.081</b>	<b>139.764</b>	<b>81,76%</b>	<b>8.528</b>	<b>201.366</b>
07	Aquisição de bens de capital	510	803.890	1.044.044	29,91%	240.354	851.301	703.009	139.764	81,54%	8.528	201.271
09	Ativos Financeiros	510	8.167	13.167	0,00%	5.000	13.072	13.072	0	99,28%	0	95
	<b>Total Despesas</b>		<b>63.681.073</b>	<b>63.681.073</b>	<b>0,00%</b>	<b>0</b>	<b>50.668.932</b>	<b>38.511.774</b>	<b>9.233.250</b>	<b>79,57%</b>	<b>2.923.908</b>	<b>15.936.049</b>

Em termos homólogos, quadro infra, a execução apresenta valores que foram recalculadas para o ano de 2015 pelo facto dos mapas de execução orçamental, que eram gerados em 2015 no SICC, apresentarem informação muito pouco fidedigna, originando reportes incorretos para a DGO. Como em 2016 a situação melhorou, justificar-se-á fazer a análise ao nível da execução com base nos mapas, e não suportado no balancete com fazíamos até aqui.

Deste modo, e analisando os elementos apurados, a execução na receita cresceu 1,58%, mantendo-se quase inalterada na cobrança (+0,09%). Quanto à despesa, a execução cresce 1,2%, nomeadamente devido aos encargos com pessoal e bens e serviços, e na despesa paga apenas +0,17% devido ao facto de não termos liquidez suplementar face ao período

homólogo o que, face ao crescimento da despesa nas rubricas já mencionadas, tem originado um atraso maior no pagamento de dívidas vencidas.

Período: janeiro a setembro u.m.: euro

	2015 SIGO	2015 corrigido (a)	2016	variação	
				absoluta	%
<b>Receitas</b>					
- Execução	45.816.052	48.133.811	48.895.873	762.062	1,58%
- Cobrança	47.742.624	47.742.624	47.783.391	40.767	0,09%
<b>Despesas</b>					
- Execução	50.278.694	50.069.862	50.668.932	599.070	1,20%
- Paga	47.665.099	47.665.099	47.745.024	79.925	0,17%

(a) Execução de 09/2015 com novo mapa gerado em outubro de 2016  
Pagamentos e cobrança com base na classe 1 em POCMS

## II – Execução Económica face ao Contrato-Programa

### A – Gastos e Perdas

- Globalmente, a execução ficou 0,15 p.p. abaixo do previsto para o período, conforme poderá ser observado no Anexo I, sendo os subcontratos (-5,34 p.p.) aqueles que mais beneficiam a execução.
- Em termos homólogos (anexo II), verifica-se um crescimento de 2,51% que decorre dos aumentos dos gastos com pessoal e matérias consumidas.

### A1 – Matérias de Consumo

- Os gastos com matérias consumidas ficaram 1,75 p.p. acima do esperado, destacando-se principalmente os medicamentos (+4,57 p.p.) e o material de consumo administrativo (+11,48 p.p.). Tal resulta do facto dos consumos dos armazéns subirem de forma quase generalizada, se considerarmos a variação face ao período homólogo, embora tal se justifique pelo facto de ainda não estarmos a conseguir fazer refletir nos consumos os créditos recebidos da APIFARMA.
- Face a 2015, os medicamentos apresentam um acréscimo de 5,76% (+261.554 euros), com o consumo de medicamentos de cedência gratuita com suporte legal em ambulatório a representar cerca de 40% do consumo total hospitalar e respeitar a terapêuticas

inovadoras/medicamentos biológicos na área oncológica, mas também autoimunes, reumatologia, dermatologia e doença de Crohn previstos no despacho n.º 18419/2010 (etanercept, infliximab e adalimumab entre outros), hemofílicos (com mais 1 doente desde abril), diálise peritoneal, para além do tratamento da Hepatite C.

Este forte crescimento resulta da circunstância dos créditos dos laboratórios, no âmbito dos acordos entre o Estado Português e a Indústria Farmacêutica, não estarem a ser refletidos, na sua totalidade, nos preços médios de aquisição, por não dispormos de forma de registá-los na aplicação de gestão de compras e stocks, fazendo apenas acertos ao nível dos consumos da hepatite C na contabilidade. Esta situação será brevemente corrigida com a disponibilização de um novo módulo, pela empresa fornecedora da referida aplicação, que permitirá o recálculo dos consumos com base num preço médio que considere uma percentagem de desconto equivalente aos créditos emitidos sobre as aquisições realizadas num determinado período.

- No que respeita a material de consumo clínico verifica-se um aumento de 2,56% (+60.239 euros), com os acréscimos mais significativos a incidirem em material de tratamento (+7,31% / +65.301 euros) e outro material de consumo clínico (+19,23% / +68.907 euros), acompanhando de alguma forma a evolução ocorrida no movimento assistencial hospitalar neste período, nomeadamente nas cirurgias (+9,35% / +463), no internamento (+2,66% / +167 doentes), nos partos (+13,33% / +36) e nas urgências (+5,35% / +2.556). De referir ainda as reduções em artigos cirúrgicos (-13,42% / -34.042 euros), próteses (-2,18% / -10.721 euros) e osteosíntese (-14,64% / -25.194 euros).
- Os restantes armazéns denotam um acréscimo de 2,45% (+5.909 euros), como consequência do aumento dos gastos com material de consumo administrativo (+20,26% / +14.800 euros, nomeadamente em toners e papel) e material hoteleiro (+8,22% / +6.441 euros, devido à aquisição de batas para os profissionais e de novos produtos recomendados pela comissão de controlo de infeções).
- Com o objetivo de redução dos gastos em medicamentos foram adotadas, nos últimos anos, medidas de combate ao desperdício que serão para manter no corrente ano e que consistem: na vigilância do cumprimento dos protocolos e justificações clínicas com base no antibiograma, cujo acesso foi permitido aos serviços farmacêuticos; no cumprimento dos tempos terapêuticos com paragem automática entre o 7º e 10º dia se não for feita nova reavaliação pelo clínico; na obrigatoriedade de preenchimento de justificação clínica, para antibióticos de amplo espetro; na obrigatoriedade de antibiograma para medicamentos de reserva, especialmente para Linezolid (internamento e ambulatório), não ultrapassando o tempo de tratamento indicado no RCM; na divulgação de novos preços dos antibióticos pelos diretores de Serviço.

- Em relação aos restantes armazéns, teremos de monitorizar com maior rigor os consumos dos serviços, tendo em vista a redução de desperdícios que possam existir, e a substituição de artigos por outros que sejam economicamente mais vantajosos, recorrendo para o efeito aos armazéns avançados nos serviços, e reduzindo eventualmente alguns níveis de reposição de stocks.

#### A.2 – Fornecimentos e Serviços Externos

- Quanto a Fornecimentos e Serviços Externos, a execução situou-se 0,19 p.p. abaixo da dotação teórica deste período, devido essencialmente à redução dos subcontratos, por via da diminuição da faturação de entidades do SNS.
- Em termos homólogos, os gastos em subcontratos apresentam uma redução de 0,95% (-59.607 euros) e os outros fornecimentos e serviços aumentam 2,17% (+104.281 euros), embora estejamos a considerar previsões por não dispormos de toda a faturação referente ao período.
- Assim, no que respeita a subcontratos, mantém-se uma forte incidência dos gastos relacionados com cuidados de saúde primários (cerca de 64,7% desta rubrica), com um elevado incremento na hemodiálise (+7,67% / +72.193 euros), devido ao acréscimo do número de doentes em tratamento, e nos transportes (+15,37% / +113.870 euros) com subidas nos transportes de bombeiros (+21,98% / +82.558 euros) e de táxis (+10,61% / +28.810 euros). Ao nível hospitalar, verifica-se uma redução significativa face ao ano anterior nos trabalhos realizados em entidades do Ministério da Saúde (-53,28% / -467.764 euros), com uma quebra de 85,68% (-119.628 euros) na cardiologia, de 92,74% (-103.799 euros) na assistência ambulatoria (os gastos do SIGIC realizado no exterior foram reclassificados para a conta 6219 em 2016) e de 22,18% (-59.198 euros) nas unidades terapêuticas de sangue.
- Quanto a fornecimentos e serviços, constata-se acréscimos em serviços técnicos de recursos humanos (+19,13% / +141.643 euros), devido a aumentos ao nível dos serviços médicos em áreas carenciadas (cirurgia geral, medicina interna, urgência e urologia), embora estejam previstas reduções caso sejam autorizadas as contratações previstas no Orçamento aprovado para o corrente ano (apesar de tal implicar uma transferência dos gastos para despesas com pessoal), em conservação e reparação os encargos também cresceram 7,12% (+50.734 euros), e em higiene e limpeza verificou-se uma redução de 27,25% (-113.623 euros).



- No intuito de conseguirmos algumas poupanças continuaremos, na atual gerência, as ações de sensibilização dos funcionários para o combate ao desperdício (eletricidade, água, combustíveis) e para a racionalização das prescrições de MCDT e de transportes, objetivando a melhoria dos resultados alcançados no ano transato. Iremos também reduzir o valor hora pago por serviços médicos, recorrendo ainda à contratação direta de médicos em substituição das empresas prestadoras.

### A.3 – Gastos com Pessoal

- No que se refere a gastos com pessoal, a execução situou-se 0,42 p.p. abaixo do estimado, embora se verifiquem alguns incrementos superiores ao esperado em suplementos remuneratórios, nomeadamente em outros suplementos onde a dotação estimada em sede de orçamento foi manifestamente insuficiente, e nos seguros de acidentes de trabalho.
- Comparando com o período homólogo verifica-se um acréscimo de 3,88% (+1.091.685 euros) que se justifica pela reversão de 80% das reduções remuneratórias prevista na Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro, com as reduções salariais a serem inferiores em 513.456 euros às verificadas no período homólogo.
- De referir ainda que os efetivos existentes a 30/09/2016 (1291) representam um acréscimo de 26 face aos verificados em 30/09/2015 (1265), o que, a par das reversões, justifica também os acréscimos ocorridos nestes encargos, embora nalguns casos tenha existido uma redução das prestações de serviços.
- Estimamos que o impacto da reversão remuneratória prevista para o ano de 2016 seja superior a 830.000 euros (até ao final deste trimestre o esforço financeiro adicional foi de 875.372 euros, considerando reversões e acréscimo de efetivos, correspondendo a +3,7%).
- Analisando os principais desvios, verificamos um incremento de 4,48% (+692.624 euros) nas remunerações base, em especial no pessoal de enfermagem (+207.541 euros), assistente operacional (+158.423 euros) e pessoal médico (+225.548 euros). Por sua vez os suplementos remuneratórios diminuem muito ligeiramente (-0,09% / -3.984 euros), apesar dos encargos do SIGIC crescerem 12,96% (+50.339 euros), mas em contrapartida o trabalho em regime de turnos regrediu 1,91% (-9.813 euros) e as horas extraordinárias descem 1,13% (-17.293 euros). As rubricas de subsídio de férias e de Natal também apresentam um crescimento, +4,05% (+53.626 euros) e +4,81% (+62.538 euros) respetivamente, e os encargos sobre remunerações aumentam 5,69% (+290.576 euros) por força do crescimento dos valores de incidência.

- Para travar os atuais aumentos iremos alargar o registo biométrico a todos os funcionários e prestadores de serviços para maior controlo da assiduidade e do trabalho suplementar, procurando ainda reduzir um elemento médico no período de menor procura de cuidados nas urgências. Ao nível do SIGIC pretendemos limitar a sua realização, reduzindo na Ortopedia para 75% do efetuado no 1º semestre de 2015 e na Oftalmologia para os 80%.

#### A.4 – Restantes rubricas de gastos

- Em relação às restantes rubricas de gastos, de destacar a redução com depreciações e amortizações face ao período homólogo (-8,88%), com a execução a ficar 5,95 p.p abaixo da dotação. Esta situação decorre da anulação de amortizações relacionadas com bens de imobilizado em curso que passaram para imobilizado firme no final de 2015 e cuja incidência se tinha também refletido no corrente ano. De salientar ainda o facto dos bens adquiridos este ano ainda não terem amortizações calculadas, em virtude de estar a decorrer novo processo de inventariação dos bens da ULSCB e passagem para nova base da dados, pelo que tal implicará um acréscimo de gastos nos próximos meses.
- Quanto a outros gastos e perdas, o desvio na execução (+22,55 p.p.) justifica-se pela existência de ajustamentos nas perdas em inventários, ao nível dos consumos relacionados com os créditos da hepatite C, apesar de em termos homólogos não se registar uma variação positiva (-3,4% / -28.333 euros).

#### B – Rendimentos e Ganhos

- Em termos totais (anexo III), a execução ficou 2,65 p.p. abaixo do referencial teórico do período; de referir no entanto que a avaliação, no final do ano, do cumprimento dos objetivos de qualidade e eficiência do contrato-programa, poderá originar um acréscimo adicional ao nível das prestações de serviços do SNS.
- Em comparação com o período homólogo, os rendimentos evidenciam um acréscimo de 1,76% (+832.696 euros), com as prestações do contrato-programa a crescerem 1,28% (+566.326 euros) devido ao reforço do adiantamento em 231.105 euros ocorrido em setembro para pagamento à APIFARMA e por um acréscimo da faturação à ACSS da formação dos internos (+42,59% / +114.293 euros). Constata-se um melhoria em relação a outras entidades responsáveis (+34,83% / +585.361 euros), nomeadamente devido à faturação de episódios de hemodiálise que ainda não tinha sido possível faturar dos anos de 2012 a 2015 (+5.504,13% / +450.953 euros) e por via das taxas moderadoras que

cresceram 7,24% (+97.267 euros) por via do acréscimo de rendimento relacionado com as taxas não cobradas de janeiro a setembro, no montante de 330.945 euros, e cujo registo só era efetuado habitualmente no final do exercício.

- Na tentativa de recuperação das taxas em dívida, continuaremos a proceder ao envio periódico de avisos aos utentes que permitem diversas modalidades de pagamento (MB, CTT e Payshop), reforçando ainda o pagamento imediato no momento do atendimento, sempre que possível.
- De referir, adicionalmente, que a ULSCB aderiu ao programa de incentivo à realização de atividade cirúrgica, sendo esperado um aumento de rendimentos extra contrato-programa por esta via.
- De referir ainda o facto dos ganhos em inventários apresentarem uma diminuição de 91,86% (-625.350 euros) neste período, o que origina o decréscimo verificado face ao ano anterior nos outros rendimentos e ganhos (-23,63% / -235.524 euros) devido ao procedimento adotado em 2016 em proceder ao acerto das existências na contabilidade com o stock dos armazéns apenas no final do exercício, por forma a não aumentar desnecessariamente os registos nas contas 68 e 78.

### **III – Evolução da Dívida e dos Pagamentos em Atraso**

- A dívida total existente no final deste período apresenta um acréscimo de 879.482 euros (+7,78%) face a idêntico período de 2015 devido aos atrasos no pagamento da dívida vencida a fornecedores externos decorrentes da redução da liquidez provocado pelo acréscimo dos gastos com pessoal.
- Os pagamentos em atraso também registam um incremento (+157.986 euros / +2,35%) mas, neste caso, referem-se exclusivamente a fornecedores do Estado.
- A melhoria do PMP ponderado resulta do cumprimento dos prazos acordados com os fornecedores que nos permitem, inclusive, beneficiar de descontos financeiros que ascendem a cerca de 15.000 euros mensalmente. Contudo, os atrasos acima aludidos, poderão provocar um agravamento nos próximos meses.
- O PMR (prazo médio de recebimento) apresenta resultados menos favoráveis devido ao acréscimo da dívida das instituições do SNS (+1.048.357 euros).

Período: janeiro a setembro

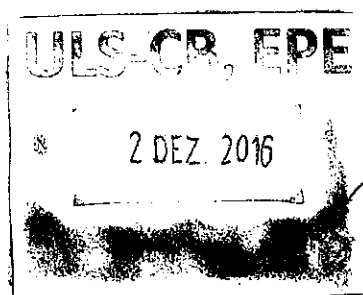
u.m.: euro

	2015	2016	variação	
			absoluta	%
Dívida Total	11.299.099	12.178.581	879.482	7,78%
Pagamentos em atraso	6.720.445	6.878.431	157.986	2,35%
PMP ponderado (dias)	56	54	-2	-3,57%
PMR (dias)	81,97	87,48	6	6,72%

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Pretendemos, na atual gerência, consolidar alguns aspetos em relação aos quais conseguimos melhorar significativamente nos últimos meses: prazos médios de pagamento, pagamentos em atraso e dívida total.
- Contudo, o aumento dos gastos com pessoal dificilmente nos possibilitará atingir todos os objetivos face à evolução ocorrida nos últimos meses, sendo previsível a necessidade de um reforço orçamental para fazermos face às reversões salariais.
- Em relação a consumos de matérias, a aquisição de um módulo para a aplicação de gestão de materiais permitirá fazer refletir os descontos comerciais acordados entre o Estado Português e a Indústria Farmacêutica, originando uma redução de gastos e melhorando o EBITDA.
- A execução financeira verificada neste período já obrigou a alguns reajustamentos ao nível das dotações orçamentais, sendo expectável que algumas rubricas tenham de se novamente corrigidas para fazermos face à evolução que se venha a concretizar nos próximos meses.

Castelo Branco, 19 de outubro de 2016



O Conselho de Administração

*A. Vilcington*

*Guilherme*

*João Pedro Nunes*

## Anexo I – Gastos e Perdas

u.m.: euro

## Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Gastos e Perdas)

30.09.2016

Código	Designação	ORÇAMENTO ANUAL (1)	PROCESSADO (2)	EXECUÇÃO (2) / (1) em %	SALDO DISPONÍVEL (1) - (2) em valores
	<b>CUSTOS MERC.VEND. E MAT.CONSUM.:</b>				
611	Mercadorias				
61211	Produtos farmacêuticos	6.970.813	5.424.192	77,81%	1.546.621
612111	Medicamentos	6.035.813	4.802.604	79,57%	1.233.209
612112/8	Reagentes /Out. prod. farmacêuticos	935.000	621.588	66,48%	313.412
61212	Material de consumo clínico	3.220.000	2.409.960	74,84%	810.040
61213	Produtos alimentares	885	812	91,72%	73
61214	Material consumo hoteleiro	111.521	84.838	76,07%	26.683
61215	Material consumo administrativo	101.594	87.855	86,48%	13.739
61216	Material manutenção/conservação	123.509	73.161	59,24%	50.348
61217	Outro material de consumo	531	0	0,00%	531
	<b>Total da conta 61</b>	<b>10.528.853</b>	<b>8.080.818</b>	<b>76,75%</b>	<b>2.448.035</b>
	<b>FORN. E SERVIÇOS EXTERNOS:</b>				
	<b>Subcontratos:</b>				
6211	Assistência ambulatória	100.000	53.292	53,29%	46.708
6212	Meios complement. Diagnóstico	2.739.936	1.959.678	71,52%	780.258
6213	Meios complement. Terapêutica	1.535.800	1.148.403	74,78%	387.397
6214	Prescrição Medic. / Cuidados Farmac.	0	0		0
6215	Internamentos	0	0		0
6216	Transporte de doentes	1.080.000	854.675	79,14%	225.325
6217	Aparelhos complem. Terapêutica	0	0		0
62181	Trab. Execut. exterior - Entid. M.S.	1.280.600	410.160	32,03%	870.440
62189	Trab. Execut. exterior - Outras entidades	2.180.000	1.725.152	79,14%	454.848
6219	Outros subcontratos	0	59.600		-59.600
	<b>Total da conta 621</b>	<b>8.916.336</b>	<b>6.210.959</b>	<b>69,66%</b>	<b>2.705.377</b>
	<b>Serv. Fornecimentos e serviços externos:</b>				
622	Serviços especializados	3.935.784	3.367.165	85,55%	568.619
624	Energia e fluidos	1.057.701	881.002	83,29%	176.699
626	Serviços diversos	926.715	561.902	60,63%	364.813
62xx	Outros	19.800	92.811	468,74%	-73.011
	<b>Total das contas 622 a 626</b>	<b>5.940.000</b>	<b>4.902.880</b>	<b>82,54%</b>	<b>1.037.120</b>
	<b>TOTAL DA CONTA 62</b>	<b>14.856.336</b>	<b>11.113.839</b>	<b>74,81%</b>	<b>3.742.497</b>
63	<b>GASTOS COM O PESSOAL</b>				
631	Remunerações órgãos diretivos	285.000	198.980	69,82%	86.020
	<b>Remunerações de pessoal</b>				
6321	Remunerações base do pessoal	21.468.740	16.140.963	75,18%	5.327.777
6322	Subsídio de férias	1.843.764	1.376.772	74,67%	466.992
6323	Subsídio de Natal	1.843.764	1.362.895	73,92%	480.869
	<b>Total das contas 6321 a 6323</b>	<b>25.156.268</b>	<b>18.880.631</b>	<b>75,06%</b>	<b>6.275.637</b>
	<b>Suplementos Remuneratórios</b>				
632411	Horas extraordinárias	2.090.471	1.518.407	72,63%	572.064
632412	Prevenções	931.043	675.364	72,54%	255.679
632421	Noites e suplementos	730.086	502.708	68,86%	227.378
6324xx	Outros Suplementos	518.362	1.720.235	331,86%	-1.201.873
	<b>Total da conta 6324</b>	<b>4.269.962</b>	<b>4.416.714</b>	<b>103,44%</b>	<b>-146.752</b>
6325	Prestações sociais diretas	79.332	60.310	76,02%	19.022
633	Benefícios pós-emprego	49.101	11.132	22,67%	37.969
634	Indemnizações	0	1.061		-1.061
635	Encargos s/remunerações	7.175.600	5.400.847	75,27%	1.774.753
636	Seg. acidentes trab./Doenç prof.	110.900	94.295	85,03%	16.605
638	Outros gastos com pessoal	2.091.328	182.606	8,73%	1.908.722
	<b>Total da conta 63</b>	<b>39.217.491</b>	<b>29.246.576</b>	<b>74,58%</b>	<b>9.970.915</b>
64	Gastos de depreciação e de amortização	1.444.957	997.768	69,05%	447.189
65	Perdas por imparidade	250.000	0	0,00%	250.000
67	Provisões do período	0	0		0
68	Outros gastos e perdas	825.000	804.760	97,55%	20.240
69	Gastos e perdas de financiamento	0	439		-439
	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>67.122.637</b>	<b>50.244.200</b>	<b>74,85%</b>	<b>16.878.437</b>

## Anexo II – Variação Gastos e Perdas

Mapa da Variação 2015/2016					30.09.2016	
Código	Designação	PROCESSADO EM 30/09/2015	PROCESSADO EM 30/09/2016	Δ absoluta 2016/2015	Δ em % 2016/2015	
	<b>CUSTOS MERC.VEND. E MAT.CONS.:</b>					
611	Mercadorias					
61211	Produtos farmacêuticos	5.269.111	5.424.192	155.081	2,94%	
612111	Medicamentos	4.541.050	4.802.604	261.554	5,76%	
612112/8	Reagentes /Out. prod. farmacêuticos	728.061	621.588	-106.473	-14,62%	
61212	Material de consumo clínico	2.349.722	2.409.960	60.239	2,56%	
61213	Produtos alimentares	662	812	150	22,70%	
61214	Material consumo hoteleiro	78.398	84.838	6.441	8,22%	
61215	Material consumo administrativo	73.055	87.855	14.800	20,26%	
61216	Material manutenção/conservação	88.120	73.161	-14.959	-16,98%	
61217	Outro material de consumo	522	0	-522		
	<b>Total da conta 61</b>	<b>7.859.589</b>	<b>8.080.818</b>	<b>221.229</b>	<b>2,81%</b>	
	<b>FORN. E SERVIÇOS EXTERNOS:</b>					
	<b>Subcontratos:</b>					
6211	Assistência ambulatória	51.567	53.292	1.725	3,35%	
6212	Meios complement. Diagnóstico	1.904.242	1.959.678	55.436	2,91%	
6213	Meios complement. Terapêutica	1.054.555	1.148.403	93.848	8,90%	
6214	Prescrição Medic. /Cuidados Farmac.	0	0	0		
6215	Internamentos	0	0	0		
6216	Transporte de doentes	740.805	854.675	113.870	15,37%	
6217	Aparelhos complem. Terapêutica	0	0	0		
62181	Trab. Execut. exterior - Entid. M.S.	877.924	410.160	-467.764	-53,28%	
62189	Trab. Execut. exterior - Outras entidades	1.641.473	1.725.152	83.678	5,10%	
6219	Outros subcontratos	0	59.600	59.600		
	<b>Total da conta 621</b>	<b>6.270.566</b>	<b>6.210.959</b>	<b>-59.607</b>	<b>-0,95%</b>	
	<b>Outros Fornecimentos e serviços externos:</b>					
622	Serviços especializados	3.118.885	3.367.165	248.279	7,96%	
624	Energia e fluidos	886.979	881.002	-5.977	-0,67%	
626	Serviços diversos	708.513	561.902	-146.611	-20,69%	
62xx	Outros	84.221	92.811	8.589	10,20%	
	<b>Total das contas 622 a 626</b>	<b>4.798.599</b>	<b>4.902.880</b>	<b>104.281</b>	<b>2,17%</b>	
	<b>TOTAL DA CONTA 62</b>	<b>11.069.165</b>	<b>11.113.839</b>	<b>44.674</b>	<b>0,40%</b>	
63	<b>GASTOS COM O PESSOAL</b>					
631	Remunerações órgãos directivos	196.307	198.980	2.674	1,36%	
	<b>Remunerações de pessoal</b>					
6321	Remunerações base do pessoal	15.448.339	16.140.963	692.624	4,48%	
6322	Subsídio de férias	1.323.146	1.376.772	53.626	4,05%	
6323	Subsídio de Natal	1.300.357	1.362.895	62.538	4,81%	
	<b>Total das contas 6321 a 6323</b>	<b>18.071.843</b>	<b>18.880.631</b>	<b>808.788</b>	<b>4,48%</b>	
	<b>Suplementos Remuneratórios</b>					
632411	Horas extraordinárias	1.535.700	1.518.407	-17.293	-1,13%	
632412	Prevenções	671.663	675.364	3.701	0,55%	
632421	Noites e suplementos	512.520	502.708	-9.813	-1,91%	
6324xx	Outros Suplementos	1.700.815	1.720.235	19.420	1,14%	
	<b>Total da conta 6324</b>	<b>4.420.698</b>	<b>4.416.714</b>	<b>-3.984</b>	<b>-0,09%</b>	
6325	Prestações sociais directas	57.886	60.310	2.424	4,19%	
633	Benefícios pós-emprego	44.460	11.132	-33.328	-74,96%	
634	Indemnizações	0	1.061	1.061		
635	Encargos s/remunerações	5.110.271	5.400.847	290.576	5,69%	
636	Seg. acidentes trab./Doenç prof.	83.979	94.295	10.316	12,28%	
638	Outros gastos com pessoal	169.447	182.606	13.159	7,77%	
	<b>Total da conta 63</b>	<b>28.154.890</b>	<b>29.246.576</b>	<b>1.091.686</b>	<b>3,88%</b>	
64	Gastos e depreciação e de amortização	1.095.027	997.768	-97.259	-8,88%	
65	Perdas por imparidade	0	0	0		
67	Provisões do período	0	0	0		
68	Outros gastos e perdas	833.093	804.760	-28.333	-3,40%	
69	Gastos e perdas de financiamento	265	439	174	65,66%	
	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>49.012.030</b>	<b>50.244.200</b>	<b>1.232.170</b>	<b>2,51%</b>	

## Anexo III – Rendimentos e Ganhos

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Rendimentos e Ganhos)

30.09.2016

Código	Designação	ORÇAMENTO ANUAL	PROCESSADO (2)	EXECUÇÃO (2) / (1) em %	DESVIO (2) - (1) em valores
	<b>Vendas e prestações de serviços:</b>				
71	Vendas	0	0	0	0
	<b>Prestações de Serviços SNS Contrato Programa - 721</b>	<b>62.747.774</b>	<b>44.975.161</b>	<b>71,68%</b>	<b>-17.772.613</b>
7211	Internamento	0	0		0
7212	Consulta	0	0		0
7213	Urgência / S.A.P.	0	0		0
7214	Quartos particulares	0	0		0
7215	Hospital de dia	0	0		0
72161	Meios Complementares de diagnóstico	0	0		0
72162	Meios Complementares de terapêutica	0	0		0
7218	Out. Prestações de Serviços de Saúde	62.747.774	44.975.161	71,68%	-17.772.613
	<b>Prestações de Serviços Outras Entidades Responsáveis - 722</b>	<b>1.983.586</b>	<b>2.266.088</b>	<b>114,24%</b>	<b>282.502</b>
7221	Internamento	118.000	93.823	79,51%	-24.177
7222	Consulta	13.000	6.145	47,27%	-6.855
7223	Urgência / S.A.P.	138.900	54.888	39,52%	-84.012
7224	Quartos particulares	0	0		0
7225	Hospital de dia	28.000	41.167	147,02%	13.167
72261	Meios Compl. de diagnóstico	151.369	118.125	78,04%	-33.244
72262	Meios Complementares de terapêutica	53.000	489.888	924,32%	436.888
7227	Taxas moderadoras	1.425.102	1.440.611	101,09%	15.509
7228	Out. Prestações de Serviços de Saúde	56.015	21.034	37,55%	-34.981
7229	Outras prestações de serviços	200	408	204,00%	208
725	Serviços Secundários	65.000	50.142	77,14%	-14.858
726	IVA dos serviços com imposto incluído	0	3.596		3.596
	<b>Total da conta 72:</b>	<b>64.796.360</b>	<b>47.294.986</b>	<b>72,99%</b>	<b>-17.501.374</b>
	<b>Transferências e subsídios correntes obtidos:</b>				
75111	Transferências - Tutela	0	0		0
	<b>Transferências correntes obtidas:</b>				
75112	Transferências correntes obtidas	0	0		0
75121	Subs. De outras entidades	76.800	57.355	74,68%	-19.445
	<b>Total da conta 75:</b>	<b>76.800</b>	<b>57.355</b>	<b>74,68%</b>	<b>-19.445</b>
76	<b>Reversões</b>	<b>0</b>	<b>0</b>		
762	Perdas por imparidade	0	0		
7621	Em dívidas a receber	0	0		
76219	Globais	0	0		
	<b>Total da conta 76:</b>	<b>0</b>	<b>0</b>		
78	Outros rendimentos e ganhos	1.383.000	761.350	55,05%	-621.650
79	Juros dividendos e outros rendim.	245.000	0	0,00%	-245.000
	<b>TOTAL GERAL:</b>	<b>66.501.160</b>	<b>48.113.691</b>	<b>72,35%</b>	<b>-18.387.469</b>

## Anexo IV – Variação Rendimentos e Ganhos

Mapa da Variação 2015/2016

30.09.2016

Código	Designação	PROCESSADO EM 30/09/2015	PROCESSADO EM 30/09/2016	Δ absoluta 2015/2016	Δ em % 2015/2016
	<b>Vendas e prestações de serviços:</b>				
71	Vendas	0	0	0	0
	<b>Prestações de Serviços SNS Contrato Programa - 721</b>	<b>44.408.835</b>	<b>44.975.161</b>	<b>566.326</b>	<b>1,28%</b>
7211	Internamento	0	0	0	0
7212	Consulta	0	0	0	0
7213	Urgência / S.A.P.	0	0	0	0
7214	Quartos particulares	0	0	0	0
7215	Hospital de dia	0	0	0	0
72161	Meios Complementares de diagnóstico	0	0	0	0
72162	Meios Complementares de terapêutica	0	0	0	0
7218	Out. Prestações de Serviços de Saúde	44.408.835	44.975.161	566.326	1,28%
	<b>Prestações de Serviços Outras Entidades Responsáveis - 722</b>	<b>1.680.727</b>	<b>2.266.088</b>	<b>585.362</b>	<b>34,83%</b>
7221	Internamento	53.628	93.823	40.195	74,95%
7222	Consulta	8.651	6.145	-2.506	-28,96%
7223	Urgência / S.A.P.	77.095	54.888	-22.207	-28,81%
7224	Quartos particulares	0	0	0	0
7225	Hospital de dia	14.707	41.167	26.459	-100,00%
72261	Meios Compl. de diagnóstico	99.941	118.125	18.184	18,20%
72262	Meios Complementares de terapêutica	37.860	489.888	452.027	1193,93%
7227	Taxas moderadoras	1.343.344	1.440.611	97.267	7,24%
7228	Out. Prestações de Serviços de Saúde	45.500	21.034	-24.467	-53,77%
7229	Outras prestações de serviços	0	408	408	
725	Serviços Secundários	51.594	50.142	-1.452	-2,81%
726	IVA dos serviços com imposto Incluído	0	3.596	3.596	
	<b>Total da conta 72:</b>	<b>46.141.155</b>	<b>47.294.986</b>	<b>1.150.236</b>	<b>2,50%</b>
	<b>Transferências e subsídios correntes obtidos:</b>				
75111	Transferências - Tutela	0	0	0	
	<b>Transferências correntes obtidas:</b>				
75112	Transferências correntes obtidas	0	0	0	
75121	Subs. De outras entidades	55.181	57.355	2.174	3,94%
	<b>Total da conta 75:</b>	<b>55.181</b>	<b>57.355</b>	<b>2.174</b>	<b>-100,00%</b>
76	Reversões	0	0		
762	Perdas por imparidade	87.785	0	-87.785	-100,00%
7621	Em dívidas a receber	87.785	0	-87.785	-100,00%
76219	Globais	87.785	0	-87.785	-100,00%
	<b>Total da conta 76:</b>	<b>87.785</b>	<b>0</b>		
78	Outros rendimentos e ganhos	996.874	761.350	-235.524	-23,63%
79	Juros dividendos e outros rendim.	0	0	0	
	<b>TOTAL GERAL:</b>	<b>47.280.995</b>	<b>48.113.691</b>	<b>832.696</b>	<b>1,76%</b>